

**Atividade de extensão**

Imprimir

<b>Programa:</b> 23112.000188/2000-06 – Incubadora Regional de Cooperativas Populares - INCOOP.	
<b>Nº. processo:</b> —	<b>Nº. processo anterior:</b> Não
<b>Nº. processo referência SEI:</b> —	
<b>Título da Atividade:</b> Construção participativa de ações e diretrizes de políticas públicas de extensão rural em agroecologia e desenvolvimento sustentável.	

<b>Coordenador:</b> Joelson Goncalves de Carvalho	
<b>Setor do coordenador:</b> DCSo - Departamento de Ciências Sociais	
<b>Ingresso na universidade:</b> 29/01/2013	<b>Cargo:</b> Professor Ensino Superior
<b>Titulação do coordenador:</b> Doutorado	

<b>Setor responsável:</b> NuMIEcoSol - Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária	
<b>Abrangência na UFSCar:</b> Intradepartamental	
<b>Início da atividade:</b> 01/12/2023	<b>Término da atividade:</b> 31/05/2025
<b>Outros setores envolvidos:</b>	
<b>Linha programática:</b> Desenvolvimento Rural "Trabalho e negócio rural. Capacitação tecnológica, gestão e administração rural, informática agrícola, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras. "	
<b>Grande Área: (Classificação CNPQ)</b> Ciências Agrárias	
<b>Área Temática principal:</b> Direitos Humanos e Justiça	<b>Área Temática secundária:</b> Educação
<b>ODS Principal (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável):</b> Fome zero e agricultura sustentável	<b>ODS Secundário (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável):</b> Erradicação da pobreza
<b>Tipo de atividade:</b> Projeto	<b>Subtipo de atividade:</b> -
<b>Resumo:</b> O presente projeto tem por objetivo promover a construção participativa de ações e diretrizes inovadoras de políticas públicas de extensão rural e desenvolvimento sustentável, com foco na articulação de experiências e saberes agroecológicos e formação técnica de agricultores familiares assentados e	

comunidades quilombolas do Estado de São Paulo. Para tanto, orientamos nossa metodologia de atuação pelos princípios políticos e pedagógicos da Educação Popular e da Pesquisa Participante, a fim de promover a formação técnica em agroecologia para implantação de sistemas voltados à produção de alimentos saudáveis, fortalecendo a cadeia produtiva com ênfase no uso sustentável da terra e da água e cultivo agroecológico, visando a produção e comercialização de produtos alimentícios saudáveis como forma de geração de trabalho e renda no campo. Esperamos como resultado incidir na formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural que fomente uma nova lógica agrária e produtiva, pautada por uma agricultura ecologicamente sustentável e que promova o exercício soberano das políticas nacionais de abastecimento e, simultaneamente, o combate à pobreza e à insegurança alimentar no rural brasileiro.

**Público Alvo:**

Famílias residentes em assentamentos federais implementados no Estado de São Paulo sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR-8); famílias residentes em territórios de remanescentes quilombolas.

**Previsão de público / Entidade alvo:**

20000

**Previsão do número de exames, perícias e laudos realizados em laboratórios / depto:**

—

**Comunidade Atingida:**

Externa

**Parceria Externa:**

Órgãos Públicos (INCRA e MDA)

**Tipo de Financiamento:**

Órgãos Públicos

**Recurso:**

ProEx: 0.00 - Externos: 6,000,000.00

**Palavras-chave:**

1 - "Políticas Públicas", 2 - "Extensão Rural" e 3 - "Agroecologia"

**Local da atividade:**

Na UFSCar e Fora da UFSCar - Estado de São Paulo

**Informações complementares:****2. OBJETO**

Apoiar conjunto de ações de promova a construção participativa de ações e diretrizes inovadoras de políticas públicas de extensão rural e desenvolvimento sustentável, com foco na articulação de experiências e saberes agroecológicos e formação técnica de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas do Estado de São Paulo.

**3. FINALIDADE**

- a. Promover a colaboração entre pesquisadores, gestores públicos, agricultores familiares e populações quilombolas para a formulação, planejamento, implementação, execução e monitoramento de políticas públicas estaduais nas áreas de atuação do MDA;
- b. Realizar, de forma conjunta e com a participação de equipes multidisciplinares, projetos de ensino, pesquisa e extensão rural convergentes com as competências e atribuições da SAF/MDA;
- c. Promover o compartilhamento de informações técnicas entre órgãos públicos federais, visando o aprimoramento do processo de planejamento e execução de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável;
- d. Promover a formação e qualificação contínua dos participantes da proposta, em acordo com premissas metodológicas participativas, dialógicas e populares de extensão rural;
- e. Favorecer o exercício do controle e da participação social das políticas públicas de fomento à agricultura familiar e à agroecologia, com foco na inovação das práticas de extensão rural;
- f. Contribuir para a ocorrência de debates públicos sobre políticas nacionais e subnacionais de combate à insegurança alimentar e à marginalização social e econômica de agricultores familiares viventes em assentamentos rurais e populações quilombolas.

**Informações para contato:**

nuperufscar@gmail.com, nuperufscar.com.br

**Status:**  
em tramitação - 04/09/2023

**Data da Aprovação:**  
-

## Detalhamento

### Apresentação e justificativas:

CONSIDERANDO que à Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF/MDA) compete, entre outras atribuições: a) Propor diretrizes e avaliar as políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar; b) Planejar, coordenar, supervisionar, promover, monitorar e avaliar as atividades relativas à política de desenvolvimento da agricultura familiar; c) Propor, apoiar e participar de programas de pesquisa e inovação agropecuária, assistência técnica e extensão rural; d) Promover a articulação das ações voltadas ao desenvolvimento rural no âmbito da agricultura familiar e buscar sua execução descentralizada e integrada com Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil organizada; e) Promover a participação das agricultoras e agricultores familiares ou de seus representantes em colegiados voltados ao desenvolvimento rural sustentável; f) Integrar, coordenar e promover a agroecologia e a produção orgânica para fortalecer a transição agroecológica e a transversalidade nas diversas políticas, programas e ações no âmbito do Ministério e nas relações interministeriais;

CONSIDERANDO que a política de implantação de assentamentos rurais em território nacional possibilitou uma alternativa de trabalho e oportunidade de obtenção de terra para uma população historicamente marginalizada e com inserção precária no mundo laboral do trabalho;

CONSIDERANDO que o conjunto de pesquisas realizadas permitiu identificar, historicamente, a persistência de graves problemas sociais ainda sem equacionamento nos assentamentos constituídos, ensejando limitações históricas objetivas em relação às possibilidades de progresso e sustentação da produção agrícola, como também da qualidade de vida cotidiana das famílias assentadas;

CONSIDERANDO que o reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, em relação à formulação de políticas públicas para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas;

CONSIDERANDO o histórico de atuação do NuMI-EcoSol e NuPER, no que tange às ações de pesquisa, extensão rural, economia solidária e articulação de redes e formação, realizadas com o intuito de aprofundar o conhecimento e a reflexão crítica sobre questões agrárias, agroecológicas e políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável em suas múltiplas dimensões.

CONSIDERANDO que a extensão rural configura-se enquanto processo educativo de comunicação e compartilhamento de conhecimentos científicos e populares, que promova encontros efetivamente dialógicos, de troca de saberes, a serem estabelecidos entre técnicos, pesquisadores, agricultores familiares e comunidades quilombolas.

JUSTIFICA-SE a celebração do Termo de Execução Descentralizada proposto, tendo em vista sua incidência potencial na formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural que fomente uma nova lógica agrária e produtiva, pautada por uma agricultura ecologicamente sustentável e que promova o exercício soberano das políticas nacionais de abastecimento e, simultaneamente, o combate à pobreza e à insegurança alimentar no rural brasileiro.

### Objetivos:

#### 5. OBJETIVO GERAL

Promover a construção participativa de ações e diretrizes inovadoras de políticas públicas de extensão rural e desenvolvimento sustentável, com foco na articulação de experiências e saberes agroecológicos e formação técnica de agricultores familiares assentados e comunidades quilombolas do Estado de São Paulo.

#### 6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a. Fornecer informações sistematizadas acerca das condições de execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar no âmbito do Estado de São Paulo, no que tange à transversalidade e suporte de tais políticas para a promoção da qualidade de vida das famílias e de experiências agroecológicas nos territórios.

b. Identificar práticas e iniciativas agroecológicas já desenvolvidas ou com potencial de desenvolvimento pelas famílias assentadas e comunidades quilombolas no território paulista.

c. Promover a articulação entre técnicos, pesquisadores, agricultores familiares, comunidades quilombolas, por meio de encontros comunicativos e dialógicos, visando a realização de trocas de saberes e experiências para construção coletiva de estratégias e ações de extensão rural.

d. Desenvolver programas de pesquisa e inovação em extensão rural, voltados à formação técnica

agricultura familiar assentada e comunidades quilombolas, visando aprimorar e ampliar a sustentabilidade ambiental e econômica de suas práticas agroecológicas.

e. Propor diretrizes inovadoras de políticas públicas de extensão rural e agroecologia por meio de metodologias participativas e dialógicas, a partir do aprimoramento dos mecanismos de controle e participação social no âmbito das etapas de planejamento, execução e avaliação.

#### **Outras Informações Pertinentes:**

##### **7. METODOLOGIA**

Do ponto de vista metodológico, cabe ressaltar que compreendemos a agroecologia como campo histórico de práticas sociais e de conhecimentos culturalmente construídos, que problematizam as formas de metabolismo sociedade-natureza no âmbito das lutas e da resistência dos povos contra a ordem social do capital (DIAS et al., 2021). Partimos do entendimento de que a promoção, produção e difusão de práticas no campo da agroecologia constituem-se como forças motrizes da capacidade humana de reflexão sobre a experiência vivida e de problematização da realidade social, tendo em vista sua transformação. Em outras palavras, a agroecologia enquanto “práxis [que] sugere a possibilidade de incorporação consciente da dimensão ecológica da vida ao ser social desenvolvido” (SILVA, GUHUR, 2021, p. 64).

Neste sentido, 4 princípios metodológicos estruturam a concepção inerente ao caráter popular que se pretende durante o projeto de extensão, baseadas no Seminário Nacional sobre Educação em Agroecologia no ano de 2013, a saber: 1) Princípio da vida, por meio da valorização de processos educativos que considerem o conjunto dos seres vivos e fortaleçam os ciclos vitais; 2) Princípio da valorização da diversidade humana, pelo reconhecimento dos saberes tradicionais e cosmologias étnico-raciais; 3) Princípio da complexidade, que reconhece a primazia do pluralismo metodológico, epistemológico e da transdisciplinaridade; 4) Princípio da transformação social, realizada por meio da promoção de experiências educativas emancipatórias, de modo a ampliar as práticas de autogestão e auto-organização dos sujeitos sociais (SOUSA et al., 2021).

Portanto, orientamos nossa metodologia de atuação pelos princípios políticos e pedagógicos da Educação Popular e da Pesquisa Participante, a fim de promover a formação técnica em agroecologia para implantação de sistemas voltados à produção de alimentos saudáveis, fortalecendo a cadeia produtiva com ênfase no uso sustentável da terra e da água e cultivo agroecológico, visando a produção e comercialização de produtos alimentícios saudáveis como forma de geração de trabalho e renda no campo.

##### **8. METAS E ATIVIDADES**

a) Ação prioritária 1: Condições de acesso a políticas públicas

META 1: Realizar oficinas técnicas de orientação às organizações de assentados e quilombolas para acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como PAA, PNAE, compra direta, dentre outras, considerando sua incidência nas condições de vida e produção em assentamentos rurais federais e territórios de remanescentes quilombolas do estado de São Paulo.

Atividade 1: Planejamento estratégico e metodológico do projeto para definição de parâmetros técnicos e conceituais da pesquisa;

Atividade 2: Oficinas de formação técnica em compras institucionais, para orientação quanto à metodologia e procedimentos de sensibilização e coleta de dados a serem utilizados nos territórios;

Atividade 3: Visita técnica, com realização de levantamento de demandas (individuais e/ou em grupo) com agricultores assentados e população quilombola.

Atividade 4: Ordenação, classificação e categorização das informações obtidas em campo.

b) Ação prioritária 2: Experiências inovadoras em agroecologia

META 2: Realizar formações técnicas em práticas e iniciativas agroecológicas potencializando aquelas já em desenvolvimento nos assentamentos federais e comunidades quilombolas paulistas.

Atividade 1: Visitas técnicas, com realização de ações de formação em agroecologia com associações e cooperativas existentes e atuantes em assentamentos federais e comunidades quilombolas paulistas.

c) Ação prioritária: Intercâmbios de saberes e experiências populares

META 3: Realizar encontros de capacitação regionais entre técnicos, pesquisadores, agricultores familiares e comunidades quilombolas, para promoção de intercâmbios de saberes e experiências de extensão rural e agroecologia.

Atividade 1: Encontro regional de capacitação e intercâmbio de saberes e experiências de extensão rural e agroecologia.

d) Ação prioritária: Articulação entre Instituições de Ensino Superior

META 4: Promover formação de técnicos e pesquisadores nas áreas da agroecologia, transição agroecológica e sistemas de produção orgânicos, voltados à agricultura familiar assentada e comunidades quilombolas.

Atividade 1: Seminário temático em articulação com parceiros institucionais para intercâmbio com Centros de Pesquisa e Instituições de Ensino Superior

e) Ação prioritária: Arranjo Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

META 05: Constituir arranjos institucionais para promover formação voltada à participação ativa de agricultores familiares e comunidades quilombolas no acesso e na construção de políticas públicas de extensão rural.

Atividade 1: Encontro de formação regional para o acesso e construção de políticas públicas de extensão rural.

Atividade 2: Elaboração de documento técnico contendo diretrizes de políticas públicas de extensão rural e agroecologia.

## 12. PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS

O monitoramento e a avaliação do projeto serão realizados continuamente ao longo de seus doze meses de execução. Além dos documentos técnico-científicos previstos como parte das metas e objetivos propostos, serão mantidos registros permanentes das atividades realizadas, bem como de seus resultados, por meio de instrumentos e procedimentos com características gerais comuns para toda a equipe, mas adaptáveis às peculiaridades de cada uma das metas. Periodicamente, serão realizados encontros para o monitoramento das sistematizações feitas pela equipe, verificação das hipóteses e elaboração de relatórios parciais para facilitar a elaboração do relatório técnico-científico proposto. A avaliação final do projeto será realizada pela aplicação de ferramentas de monitoramento e avaliação de seus resultados, considerando os indicadores previamente estipulados e objetivamente comprováveis.

## 13. CARACTERIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DAS ENTIDADES PROPONENTES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

A Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI/UFSCar) será a instituição responsável pela gestão executivo-financeira do referido projeto, e atuará conjuntamente com o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da UFSCar (NuMI-EcoSol), instituição tecnicamente responsável pela execução estratégica e operacional, e com o Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER/UFSCar), responsável pela coordenação acadêmica.

a) Histórico de atuação do NuMI-EcoSol/UFSCar e do NuPER/UFSCar

O NuMI-EcoSol é uma “unidade de ensino, pesquisa e extensão criada pela Resolução ConsUni 698, de 12 de agosto de 2011 e vinculado diretamente à Reitoria da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)”. O núcleo surgiu como Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar). Desde 1998, a INCOOP/NuMI-EcoSol vem se dedicando às atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada, relevantes para a Economia Solidária, dentre as quais se destacam as que se referem a processos de incubação de EES, em várias atividades econômicas. O NuMI-EcoSol conta com a participação de docentes, profissionais e alunos de diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação profissional (Psicologia, Engenharia Civil, de Materiais, de Produção, Economia, Arquitetura, Biologia, Química, Enfermagem, Nutrição, Terapia Ocupacional, Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Gestão de Cooperativas, Geografia, entre outras) para desenvolver projetos de incubação de empreendimentos solidários, articulando ensino, pesquisa e extensão. Em seus anos de existência o NuMI-EcoSol buscou e contou com financiamentos obtidos junto a vários órgãos de fomento de iniciativas em Economia Solidária e de Pesquisa, como CNPq, FINEP, FAPESP, PRONINC, PROEXT e, em alguns momentos, estabeleceu parcerias com iniciativa privada e governos municipais, como forma de garantir recursos diversos para a manutenção de suas atividades e o atendimento a necessidades e demandas, em particular da comunidade atendida.

O NuPER/UFSCar tem como objetivo aprofundar conhecimento e reflexão crítica sobre questões agrárias, agroecológicas e políticas públicas para o rural, através de pesquisa, extensão, articulação de redes e formação, visando o desenvolvimento rural em suas múltiplas dimensões. O Núcleo se organiza por três eixos: 1) Questão Agrária: Refletir sobre a dinâmica agropecuária a partir de sua manifestação nos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais, que configuram a Questão Agrária tanto em perspectiva histórica, quanto contemporânea, estabelecendo um espaço de estudo, formação e atuação socialmente justa. 2) Agroecologia: Refletir sobre a agroecologia, suas práticas, conceitos, potencialidades e limitações, através da pesquisa, formação e extensão, incorporando os saberes locais e utilizando metodologias participativas, de modo a construir um espaço gerador e multiplicador do conhecimento; 3) Políticas Públicas: Refletir sobre as políticas públicas voltadas ao meio rural, desde sua entrada (ou não) na agenda política, passando pelo processo de construção e implementação, até seus resultados práticos, constituindo um espaço de análise crítica e proposições em matéria de planos, programas e projetos.

O NuPER/UFSCar tem sido responsável pela execução de diversos projetos de extensão universitária, tais como a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária de São Carlos (JURA) e o Núcleo de Estudo

em Agroecologia e Produção Orgânica no campus de São Carlos (NEA/UFSCar), como parte do projeto “Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos”, executado com recursos oriundos do edital CNPq nº 21/2016. No rol das atividades desse projeto, o NuPER coordenou um curso de ATER focado na formação de Agentes Populares de Agroecologia com mais de 2.200 inscritos. Ademais, o núcleo de pesquisa iniciará ainda no primeiro semestre de 2023 a execução do projeto “Formação de Agentes Populares de Agroecologia”, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cujo objetivo é a formação de caráter popular de cerca de 400 agentes de agroecologia, que possam atuar como multiplicadores em suas comunidades e territórios no desenvolvimento de ações na defesa e em prol da agroecologia, tendo como grupo prioritário os assentados e assentadas beneficiários de programas de redistribuição fundiária no estado de São Paulo.

**Arquivo:**
 Arquivo

## Equipe de trabalho

Servidores			
Joelson Goncalves de Carvalho	<b>Coordenador</b> - Professor Ensino Superior (DCSo)		
Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
Florescer dos saberes e fazeres culturais das mulheres do campo	2023	30 hs	0 hs
Projeto de Extensão Curso Pré-Vestibular da UFSCar-São Carlos - oferta 2023	2023	100 hs	0 hs
ACIEPE - Repensando a pesquisa e extensão rural universitária: a questão agrária em perspectiva	2023	100 hs	0 hs
	2024	80 hs	0 hs
Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária: a dimensão cultural e social da luta pela terra na contemporaneidade	2023	60 hs	0 hs
X Encontro da Rede de Estudos Rurais - Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo	2023	80 hs	0 hs
II Seminário Internacional e V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo	2020	0 hs	40 hs
	2021	0 hs	40 hs
	2022	0 hs	40 hs
	2023	0 hs	40 hs
Construção participativa de ações e diretrizes de políticas públicas de extensão rural em agroecologia e desenvolvimento sustentável.	2023	140 hs	0 hs
	2024	140 hs	0 hs
	2025	140 hs	0 hs
Reoferta: Curso de Especialização em Educação no Campo	-	-	-
Projeto de Extensão Curso Pré-Vestibular da UFSCar São Carlos (oferta 2018/2019)	2018	140 hs	100 hs
	2019	0 hs	140 hs
	2020	0 hs	40 hs
	2021	0 hs	40 hs
	2022	0 hs	40 hs
	2023	0 hs	20 hs
Práticas de extensão rural para agentes populares de agroecologia	2022	120 hs	0 hs
	2023	120 hs	0 hs
	2024	60 hs	0 hs
Bancos comunitários de desenvolvimento e economia solidária: alternativas para o desenvolvimento local	2022	20 hs	10 hs
	2023	10 hs	10 hs

### Alunos de pós-graduação

Daniele Francisco

voluntário

Leticia Gomes de Assis	voluntário
------------------------	------------

<b>Participantes de Pós-Doutorado</b>	
Diogo Marques Tafuri	voluntário

**Total: 4 participantes**

## Recursos ProEx

Orçamento			
Alínea / Descrição	Solicitado	Concedido	Gasto
Diárias Pessoal Civil: –			
Material de Consumo: –			
Material Permanente: –			
OST Pessoa Física: –			
OST Pessoa Jurídica: –			
Passagens: –			
Total de recurso:			

	Bolsas de Extensão											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Solicitada												
Concedida												
Efetivadas												

Ano da bolsa: 2023

**Justificativa da solicitação ProEx de bolsas de extensão e descrição das atividades de cada um dos bolsistas (alunos de graduação) separadamente:**

–

**Justificativa da solicitação à ProEx de recursos financeiros:**

–

**Cronograma de desembolso mensal dos recursos solicitados:**

–

## Recursos externos

 Orçamento
--

**Bolsas PIDICT**

Participante	Tipo	Bolsa
Joelson Goncalves de Carvalho	<b>Coordenador</b> - Professor Ensino Superior	-
Daniele Francisco	voluntário	-
Leticia Gomes de Assis	voluntário	-
Diogo Marques Tafuri	Pós-Doutorado - voluntário	-